

A MEMÓRIA SEM MEDO

SOBRE O RESGATE DE PESSOAS E DOCUMENTOS DAS GARRAS DA DITADURA

FEARLESS MEMORY

ABOUT THE RESCUE OF PERSONS AND DOCUMENTS FROM THE CLAWS OF DICTATORSHIP

MARIA CIAVATTA | Licenciada em Filosofia e doutora em Ciências Humanas (Educação) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora titular de Trabalho e Educação, associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do CNPq 1-A.

RESUMO

Neste artigo abordamos a importância da memória para a escrita da história e nos detemos sobre o resgate do Arquivo Astrojildo Pereira (Asmob) durante a ditadura civil-militar. Prestamos homenagem à história das três protagonistas principais e às razões que as levaram a ações de tanto valor para a memória nacional do trabalho e dos trabalhadores.

Palavras-chave: memória e história; Arquivo Astrojildo Pereira; Asmob.

ABSTRACT

In this paper we discuss the importance of memory for the writing of history and we focus on the rescue of Archive Astrojildo Pereira (Asmob) during the civil military dictatorship. We pay homage to the history of the three main protagonists and the reasons that led them to actions of so much value to the national memory of the work and the workers.

Keywords: memory and history; Archive Astrojildo Pereira; Asmob.

RESUMEN

En este artículo tratamos de la importancia de la memoria para la escritura de la historia y nos detenemos en el rescate del Archivo Astrojildo Pereira (Asmob) durante la dictadura cívico-militar. Rendimos homenaje a la historia de los tres protagonistas principales y a los motivos que los llevaron a acciones de gran valor para la memoria nacional del trabajo y de los trabajadores.

Palabras clave: memoria y la historia; Archivo Astrojildo Pereira; Asmob.

INTRODUÇÃO

Este tema foi apresentado durante a sessão de premiação dos vencedores do Prêmio Memórias Reveladas de 2013, do Arquivo Nacional. O escritor Mark Twain teria dito que “coragem é a resistência ao medo, domínio do medo, e não a ausência do medo”. Falar sobre o passado é parte da conquista da memória sem medo. Sinto-me honrada por ter participado da palavra sem medo, nesta importante instituição, guardiã ativa da memória nacional. Sinto-me, como em outras vezes, comovida diante das três mulheres que foram protagonistas dos feitos cujos relatos públicos me foi dado coordenar: as professoras doutoras Dora Henrique da Costa, Marly de Almeida Gomes Vianna e Zuleide Faria de Melo.

Por uma corajosa atuação, suas ações individuais, de militantes, tornaram-se uma memória de grande significado histórico e político, apesar de terem ficado modestamente guardadas por anos a fio, vinte anos aproximadamente. Foi quase o tempo de minha convivência com a colega professora Dora, quando Leandro Konder, em conversa, mencionou a homenagem que tinha sido feita a ela pelo Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Unesp, em São Paulo.

O Cedem recebera da Itália importantes originais da memória operária brasileira, do final do século XIX e início do século XX. São jornais, cartas, fotos e outros documentos pertencentes ao Arquivo Astrojildo Pereira, jornalista e militante anarquista inicialmente, depois um dos fundadores e ativo membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922. A partir daí, nos anos 2001 a 2013, conheci e coordenei depoimentos públicos de Dora, Marly e Zuleide, sobre as ações de “resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura”, nos difíceis anos de 1970.

O arquivo foi resgatado das “garras da ditadura” por meio de ações ardilosas e de grande coragem por elas, com a participação de outros militantes e familiares que reuniram esforços para Marly organizar o Arquivo e despistar a polícia na cidade de São Paulo. Foram trazidas muitas caixas e malas em um velho Fusca, em madrugadas insones pela Presidente Dutra, com a ajuda de Zuleide, que guardou todo esse volumoso material no Méier e, depois, em Todos os Santos, bairros distantes do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Depois de mais de dois anos, Dora os colocou em malões destinados a viagens de navio, e os enviou como mudança de sua biblioteca e outros objetos pessoais para o porto de Gênova, na Itália.

Chegando lá, o material foi retirado pela Fondazione Giancomo Feltrinelli, higienizado e reorganizado, juntamente com o Arquivo de Roberto Morena e outros documentos, por José Luiz del Roio e Maurício Melo. Criou-se, assim, o Asmob (Archivio Sociale della Memoria Operaia Brasileira). Sem ele, mais de três décadas da memória dos trabalhadores brasileiros teriam se apagado da já escassa memória nacional.

Neste artigo, abordamos a importância da memória para a reconstrução da história; detemos-nos sobre “o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura”, no relato das ações de suas três protagonistas principais; ao finalizar, prestamos uma homenagem à particularidade da história de cada uma delas e às razões que as levaram a essas ações de tanto valor para a memória nacional.

A MEMÓRIA DO PASSADO QUE ALIMENTA O PRESENTE PARA A PROJEÇÃO DO FUTURO

Nos dias de hoje, estamos em um momento particular da vida do país. Algo se move sob as sucessivas manifestações, com a participação de segmentos da população e de grupos organizados, suas inúmeras críticas e reivindicações, muitas controvérsias na sua interpretação, inclusive sobre o papel da mídia e da polícia, e sobre o futuro das manifestações e seus significados. Embora este momento esteja distante dos “anos de chumbo” de 1970, nada mais oportuno do que refletir sobre a instável democracia de nossos dias. Fundada nas muitas lutas de resistência contra as ditaduras (a do Estado Novo, de 1935/37 a 1945, e a do golpe civil-militar, de 1964 a 1985/90), temos ainda características de um “Estado de exceção” nos termos de Agamben (2004), em que o Estado transgride as leis para a afirmação de seus interesses e necessidades.

Refiro-me a eventos que são parte do esforço necessário de “passar o Brasil a limpo”, como já foi lembrado por alguns de nossos políticos e pensadores. “Passar a limpo” um trabalho ou anotações de ideias e acontecimentos é dar nova forma ao texto, aprofundar a memória e preservar seu sentido básico. No Brasil, temos claro o permanente desafio de dar nova forma à vida presente que se plasmou em condições adversas, sob a herança da colonização, depois da escravidão, do autoritarismo e da dependência externa de forças econômicas, políticas e culturais. A preservação da memória é parte desse processo vital de conhecer o passado para pensar o presente e projetar o futuro.

Dentre os diversos analistas que arriscaram uma interpretação para este momento, para Nogueira, no processo de democratização em curso,

O conflito social foi reconfigurado pela digitalização da vida e por modificações importantes ocorridas no mundo do trabalho. [...] A agenda brasileira está posta. Não se trata somente de reforma política, ainda que a ela se deva dar lugar de destaque [...]. A superação da ditadura nos anos 1980 não teve força para democratizar e ajustar as instituições e nem impor um novo modo de fazer política, situação que se agravou com as transformações socioculturais ocorridas nas décadas seguintes (Nogueira, 2013, p. 23-5).

Estamos longe do mundo do trabalho do operariado contemporâneo de Astrojildo Pereira (1890-1965). Mas continuamos a abrigar uma sociedade em que o trabalho simples e os trabalhadores são depreciados, principalmente os desprovidos dos bens ostentados pelas classes ricas. Segundo Hobsbawn (2013, p. 361), “movimentos trabalhistas surgem em todas as sociedades com uma classe operária, exceto quando impedidos pela coerção e o terror”. Não obstante o horror da ditadura e da repressão na vida da população, os trabalhadores ergueram-se nos anos de 1980, enfrentaram o poder com greves e manifestações e criaram novas instituições.

Com a reorganização dos sindicatos e partidos políticos, em um contexto de avanço das tecnologias da informação e de recursos audiovisuais, as lutas registradas nas fotos coloridas deram impulso a várias iniciativas de preservação da memória para reconstruir a história de tempos de esperança. Esta, mais uma vez abalada, mas não vencida de todo pelo conservadorismo, cevado em séculos de dominação das elites agrárias, industriais e financeiras e

pelas políticas neoliberais das duas últimas décadas, é a memória dos coletivos que sinaliza a projeção do futuro.

Cem anos depois das lutas operárias pela regulamentação das relações de trabalho no início do século XX, desfazem-se as garantias conquistadas sob o álibi da autonomia do trabalho. É preciso recorrer à memória dos movimentos operários daquele início de século, voltar às fotografias e aos textos preservados no Asmob, para entender quão longas e árduas são as lutas dos trabalhadores brasileiros.

Para o historiador Jörn Rüsen (2009, p. 164), a memória tem íntima e imperiosa relação com a questão do tempo: “a memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente”. Para o autor, a história é uma forma elaborada de memória que vai além dos limites da vida individual. O passado é rememorado em uma unidade de tempo que se abre para o futuro e permite aos sujeitos sociais uma interpretação das mudanças “para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas”.

Rüsen distingue *memória histórica* e *consciência histórica*. São conceitos que abrangem o mesmo espaço-tempo de acontecimentos, mas que são tematizados de modo diferente. Citando Maurice Halbwachs, Pierre Nora e outros historiadores e filósofos da história, o autor considera que “o discurso da memória faz uma distinção rígida entre o papel das representações históricas na orientação cultural e na vida prática, e os procedimentos racionais do pensamento histórico pelos quais o conhecimento do que realmente aconteceu é conquistado”. A consciência histórica ou o pensamento histórico busca manter o passado presente, e não leva em consideração a relação “entre memória e expectativa” e “o papel que as intenções orientadas pelo futuro jogam na representação do passado”. Não cuida da subjetividade da memória, mas dos “procedimentos de produção de sentido do espírito humano”:

A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro (Rüsen, 2009, p. 164-165).

Em um livro recente, falando sobre a preocupação com o futuro na Europa, no período entre as duas guerras, Hobsbawm (2013, p. 189) diz que “estudos da memória histórica são essencialmente não sobre o passado, mas sobre a visão retrospectiva que algum presente subsequente lança sobre o passado”. É esse sentido da memória e da história que nos anima no projeto sobre o qual faço estas reflexões quanto ao seu sentido maior, ações destemidas e memória de fatos importantes para a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil.

Aqui, como em muitos países, as elites sempre estiveram preocupadas em preservar para a posteridade seus feitos, suas vitórias e sucessos, suas dinastias e descendentes, e conservar-se no poder. Mas é escassa a memória das lutas de resistência, das revoltas e das revoluções dos setores populares, das classes trabalhadoras, das lutas para instituir e garantir direitos.

Em nosso tempo, participamos de uma tomada de posse de todas as memórias e dos relatos históricos que com elas se constroem, por aqueles longamente excluídos de sua pró-

pria história. Os trabalhadores, as mulheres, os negros, os índios, os velhos tomam a palavra e se fazem ouvir no mundo silenciado pelos poderosos. Por que lutar, por que preservar a memória da luta são perguntas que adquirem um novo significado, o de passar às gerações futuras, aos mais jovens, o legado da esperança das conquistas de uma vida melhor, longamente ansiadas. Se a palavra não basta para transformar as estruturas sociais, ela alimenta o conhecimento e instaura verdades possíveis.

Não cabe nas dimensões deste texto aprofundar as questões relativas à teoria da história, como é o caso da história oral, onde, de início, este trabalho se situa. Mas seria oportuno dizer que não consideramos a história oral apenas uma prática ou uma técnica (Amado; Ferreira, 2006). Os depoimentos estão sujeitos à problematização crítica que se exige de toda e qualquer fonte documental. Talvez, sua característica e seu risco maior seja a relação de proximidade no tempo e no espaço que se estabelece entre o pesquisador e o depoente, testemunha viva, protagonista dos acontecimentos narrados, e a carga de subjetividade e de seletividade da memória presente em todo relato.

Os documentos permitiram que a história se estruturasse como disciplina e desse legitimidade aos relatos dos “historiadores de ofício”. Mas sua apropriação pelos poderosos, ao promover o registrar e a louvação de suas ações em documentos-monumentos (Le Goff, 1992), tirou a visibilidade de todas as demais ações, dos feitos cotidianos dos menos afortunados das heranças e da sorte.

A reapropriação da palavra pelos “vencidos”, pelos “de baixo”, para a história “a contrapelo” como diz Benjamin, tem nos depoimentos, nas entrevistas, nas histórias de vida, na história oral, um dos instrumentos mais antigos. Mas são, também, mais polêmicos no mundo atual, frente à história com fontes documentais tradicionais e referenciais teóricos divergentes em muitos aspectos.

Não obstante suas substantivas diferenças teóricas, de Marx a Halbwachs, sem contar os historiadores que comungam as ideias de um ou de outro, não se pode falar em memória individual que não ultrapasse o próprio sujeito e não se enraíze nas suas relações sociais. Na concepção marxista, a história, como produção social da existência, ultrapassa, de princípio, a ideia de uma memória individual que não seja parte da cultura, da visão, da identificação de classe em um determinado contexto social (Marx, 1979). No caso de Halbwachs (2004), a afirmação de que na memória individual estão presentes as ideias, os sentimentos, as reflexões do grupo, ao qual pertence o indivíduo e onde se gera a memória coletiva.

LUTA E MEMÓRIA: O RESGATE DE PESSOAS E DE DOCUMENTOS DAS GARRAS DA DITADURA¹

Vivemos em uma democracia representativa que queremos transformar no sentido de uma maior e efetiva participação da sociedade civil. Mas, também, em nome da democra-

¹ Este é o título dado por Dora Henrique da Costa ao seu depoimento público em 2001. Também se tornou título do livro e documentário que estou organizando com seu depoimento, o de Marly Vianna (2007) e o de Zuleide Faria de Melo (2013).

cia vivemos um longo período de cerceamento das liberdades, repressão, modernização econômica e autoritarismo. Foram quase duas décadas, a partir de 1964, data do golpe civil-militar que derrubou o governo do presidente João Goulart, e acirra-se em 1968, com a decretação do ato institucional n. 5 (AI-5). Daí em diante, intensificou-se a repressão aos opositores ao regime, até 1979, data da promulgação da anistia aos presos, cassados, exilados e militares envolvidos nos confrontos durante esse período. O ano de 1984 marca o fim do último governo militar, o governo do general João Figueiredo, e não, necessariamente, o fim de todo medo.

A crença de que íamos transformar o mundo e, particularmente, o Brasil, é parte da memória da juventude militante dos anos de 1960. Na União Nacional dos Estudantes (UNE) e no CPC (Centro de Cultura Popular) da UNE, no partido político, na época o Partido Comunista Brasileiro, na Juventude Universitária Católica (JUC), na doutrina da teologia da libertação e na Ação Popular (AP), no movimento de educação de base (MEB) e em outras iniciativas dos movimentos sociais, a luta comum era pela transformação do país em um mundo com trabalho e melhores condições de vida para todos.

As ideologias e algumas estratégias de ação podiam ser diferentes, desde o confronto de classes com o poder instituído, os latifundiários e a burguesia empresarial, até as novas formas de ação e de oração que, além da alma, queriam salvar o corpo e o espírito a partir do fim da exploração do trabalho e da divisão social da riqueza. Este texto conta a história de ações silenciosas e heroicas para preservar a memória das lutas de trabalhadores e de militantes políticos convencidos da importância da memória do Partido Comunista do Brasil e de seus militantes históricos, para o reconhecimento das possibilidades políticas alimentadas pela identidade de classe e as ideologias políticas.

Estas breves considerações, sobre temas tão amplos e complexos, objeto precípua de estudos dos historiadores, visam introduzir a importância de ouvir e registrar as palavras de personagens de momentos importantes da vida do país, não necessariamente conhecidos e reconhecidos pela história oficial. Têm sido um fato enriquecedor da memória social brasileira os depoimentos, a história oral, os relatos daqueles que participaram ativamente da resistência ao golpe civil-militar que dominou o país por mais de duas décadas.

Implantada a ditadura, o regime foi incansável em perseguir pessoas e destruir toda documentação que alimentasse outras ideias, outras memórias, que pudessem esboçar a crítica aos seus objetivos autoritários e sanguinários, e em sufocar a esperança de transformação social que alimentava a juventude, trabalhadores e militantes políticos. Mas era um tempo de muita generosidade, idealismo, luta política e coragem que custou a vida de muitos no Brasil e na América Latina.

Este vínculo com o passado, a memória das fortes e dramáticas vivências de jovens militantes, politizados pelo ideário socialista/comunista, está na origem do registro, em sessões públicas, dos depoimentos aqui apresentados sobre o “resgate de pessoas e de documentos”.

Falo aqui do arquivo original do jornalista Astrojildo Pereira, que, com a reunião de outros documentos, leva o nome de Archivio Sociale della Memoria Operaia Brasiliana (Asmob). O Ar-

quivo compõe-se de documentos históricos de diversas tendências políticas, jornais e revistas de teor literário, cartas, documentos internos dos grupos em atividade na época, fotografias, assim como documentos do também militante Roberto Morena.

Tenho por princípio que tão ou mais importante do que os resultados de uma pesquisa é dar conhecimento do método de pesquisa e dos procedimentos com os quais se chegou aos resultados. Por isso, acho importante dar alguns detalhes de como cheguei ao depoimento de cada uma das professoras que resgataram pessoas e documentos nos anos de 1970, com todos os riscos de vida, pela repressão na época.

Eu soube da existência do arquivo no final dos anos de 1990, quando pesquisava fotografias de trabalho e de trabalhadores, do início do século XX, em diversos arquivos públicos e privados, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tomei conhecimento dos jornais operários da época no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp). No ano de 2000, ao dar continuidade a uma pesquisa sobre fotografias do trabalho e dos trabalhadores, na Itália, no Archivio de Documentazione della Camera del Lavoro di Bologna, da Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL), tomei conhecimento do catálogo do Asmob. Fui à Fundação Feltrinelli, em Milão, falei com o pesquisador José Luiz del Roio e fui informada de que o Arquivo já tinha voltado ao Brasil.

Eles constavam de dois pequenos folhetos, ambos publicados em inglês, pela Fondazione Giancomo Feltrinelli, em Milão, Itália. O primeiro é de 1982, com 22 páginas e noventa títulos de grupos de periódicos e revistas de várias categorias de sindicatos de trabalhadores (gráficos, ferroviários, pedreiros, carpinteiros, alfaiates), de diversas tendências políticas (anarquistas, libertários, socialistas, anarco-sindicalistas, comunistas), de natureza política, literária, noticiosa, na maioria, publicados no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados), alguns em Portugal, França e Espanha. O segundo folheto, que traz a data de 1983, tem trinta páginas e 37 títulos contendo, cada um, vários documentos, agrupados como publicações latino-americanas, jornais e revistas editadas no Brasil, panfletos, documentos de brasileiros no exílio (até 1979) e documentos de organizações de mulheres no Brasil e no exílio (Historical, 1982; 1983).

Apenas no início dos anos de 1990, os documentos originais do Asmob voltaram ao Brasil. Antes reproduzidos em microfilmes, hoje estão em CDs, disponíveis, até onde sabemos, em vários arquivos: no Cedem, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade de Campinas (Unicamp), no Amorj, no Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE-UFF), na Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense.

Os depoimentos apresentados não seguiram a ordem dos fatos, mas da aproximação possível com as protagonistas. Em 4 de junho de 2001, tivemos o depoimento vivo e bem-humorado da economista e professora Dora Henrique da Costa, da Faculdade de Educação da UFF. Dora relatou em detalhes como levou pessoas (os militantes Alcir e Flora e suas duas crianças e o dirigente do PCB, Giocando Dias) para fora do país; e como caixas e baús com

grande número de documentos históricos e literários, originalmente o arquivo de Astrojildo Pereira, preservado pelo PCB, saíram do Rio de Janeiro com destino a Milão, Itália.²

No dia 14 de dezembro de 2007, nos reunimos para um novo momento significativo da memória das lutas de resistência no país, para ouvir como outras ações de grande risco e coragem foram realizadas. Quem relata esteve diretamente encarregada da tarefa de organizar e preservar, em São Paulo, o acervo de documentos que foi levado para Milão. É a historiadora, aposentada da Universidade Federal de São Carlos, hoje professora da Universidade Salgado de Oliveira, professora Marly de Almeida Gomes Vianna, a quem tivemos a honra de receber para ouvir, gravar seu depoimento e abrir o debate com os professores e alunos que nos acompanharam naquela tarde.³

Ambos os depoimentos e debates, promovidos pelo NEDDATE, foram realizados no campus do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense, e coordenados por mim. No segundo depoimento, tive a colaboração da professora Sonia Maria Rummert e das bolsistas Ana Paula Guiglianelly (apoio técnico, CNPq), Cintia Ceci Rezende Nicolau e Patricia da Silva Carvalho (iniciação científica, Pibic) e Ana Carolina Gonçalves da Silva, responsáveis pela transcrição das fitas, posteriormente revista por Dora Henrique da Costa e Marly Vianna, com minha revisão final e notas. A gravação em vídeo foi feita pelos bolsistas Luciano dos Santos e Luciano Dayrrell, graças à colaboração do professor Paulo César Rodrigues Carrano, coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro. A divulgação interna foi feita através da *Série Estudos NEDDATE*, n. 4, fevereiro de 2003 e n. 5 de maio de 2009, com o objetivo de facilitar o acesso de estudiosos da área à produção acadêmica de eventos e pesquisas conduzidas por professores do Núcleo.

No dia 19 de março de 2013, reunimo-nos na Faculdade de Educação da UFF, para ouvir e gravar o depoimento da professora socióloga Zuleide Faria de Melo, sobre como ela preservou por mais de dois anos, no bairro de Todos os Santos, afastado do Centro da cidade do Rio de Janeiro, as caixas e malas trazidas de São Paulo.⁴ O evento foi promovido pelo Neddate e pelo Grupo These – Projetos Integrados em Trabalho, História, Educação e Saúde, com o apoio das bolsistas de iniciação científica Thaís de Moraes e Samara Madureira, e de Luciano dos Santos, na fotografia e gravação de vídeo, pelo Lide (Laboratório de Imagem Documental), coordenado pelo professor Paulo Carrano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS⁵

Minhas palavras finais somente podem ser uma homenagem às professoras militantes que, com sua juventude e ousadia, nos permitiram o acesso a um passado cujo conhecimen-

² Ver a íntegra do depoimento na *Série Estudos NEDDATE*, n. 3, fev. 2003. Niterói, UFF (impresso e digital).

³ A íntegra do depoimento consta da *Série Estudos NEDDATE*, n. 5, fev. 2009. Niterói, UFF (impresso e digital).

⁴ A íntegra do depoimento estará na *Série Estudos NEDDATE*, n. 6, em preparação. Niterói, UFF (impresso e digital).

⁵ As citações foram retiradas dos depoimentos de Costa (2003), Vianna (2009) e Melo (em preparação).

to seria uma sombra de memória se caísse nas mãos repressoras da mais longa ditadura que o Brasil conheceu. Pretendo resgatar detalhes do sentido dado pelas protagonistas, às ações empreendidas diante do furor destrutivo do Estado brasileiro, em tempos de grande endividamento do país, dissimulado sob o nome de “milagre brasileiro”.

Não na ordem das entrevistas, mas na ordem dos acontecimentos, Marly Vianna foi a primeira pessoa a se ocupar do salvamento direto do arquivo de Astrojildo Pereira. Muito jovem, a estudante Marly participou do movimento organizado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ).

E ao mesmo tempo em que eu entrei para a faculdade, entrei para o PCB, o Partido Comunista. [...] E na base da Faculdade Nacional de Filosofia, nós chegamos a reunir mais de cem pessoas, a ponto de dividirmos a base por cursos. Porque era muita gente, e a hegemonia nossa era tão grande, que o PC do B, que só tinha na Faculdade a Vitoria Graboys, reunia com a gente; a Flora Abreu, da AP (Ação Popular) reunia com a gente.

Marly diz que “entrei para o Partido em março e em junho de 1961 fui para o comitê universitário, e tive uma militância muito intensa até o golpe de 1964”. Eram tempos de coletivos organizados: “para começar, quero dizer que a pessoa que, junto comigo, teve papel de absoluto destaque para salvar o arquivo do Astrojildo Pereira foi o José Salles, mas a vida nos separou muito, e eu não saberia nem mesmo como encontrá-lo, para que estivesse presente”.

Marly organizou o arquivo em São Paulo e o trouxe para o Rio com Zuleide, que se ocupou de encontrar um lugar seguro. “Ah, a Zuleide, eu não sei como ela levou o arquivo, eu não sei se foi em carro de amigos, [...] e nessa ocasião, não se tinha noção de quanto tempo ia durar a ditadura no Brasil. A Zuleide tinha me dito que o arquivo estava seguro, mas seguro da polícia, como eu disse, ele não estava seguro de umidade”.

Zuleide conta em seu depoimento:

Eu estava começando a dizer o seguinte: sou de uma família altamente conservadora, de um dos estados brasileiros mais conservadores e, naturalmente, fui criada nos moldes das minhas avós. Moça de família é para namorar, noivar e casar. Mas eu cumpri isto de forma digna, tudo dentro dos padrões que minha família exigia. [...]. Só a partir de 1964, foi que eu comecei a me envolver politicamente. [...]. A minha mãe nunca entendeu isso. Ela morreu com cem anos esperando que eu me regenerasse, entende. Mas ela foi muito solidária e participou. Ela ia para a cozinha fazer comida para toda aquela gente. E isso também é uma questão de conseguir conciliar formas de vida diferentes.

“Um dia o Salles chegou lá em casa, vindo de São Paulo, e disse o seguinte: ‘o arquivo do Astrojildo Pereira está correndo risco [...] nós precisamos tirá-lo de São Paulo, porque a polícia está procurando esse arquivo’”. Eram 37 caixotes. “Isto em pleno governo Médici que estava prendendo e matando até a sombra. Bem, eu arranjei um lugar no Méier, a casa de um parente afastado”.

Mais tarde, o arquivo teve que ser mudado e foi para uma casa alugada no bairro distante do Centro do Rio de Janeiro, Todos os Santos. De lá, ele foi tirado por Dora, com a ajuda de familiares, e seguiu como sua “biblioteca”, de mudança para a Itália. Em Milão, os documentos foram recebidos, higienizados e organizados como Archivio Sociale della Memoria Operaia Brasileira (Asmob) pela Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, com a participação de José Luiz del Roio e Maurício Melo.

Dora começa expressando sua alegria por narrar fatos importantes “que marcam a solidariedade e o amor pelas pessoas e também a defesa da democracia”. Em segundo lugar, acrescenta que nada do que foi narrado e gravado sobre a história do trabalho, dos trabalhadores e das lutas do povo brasileiro teria sido possível

se não fosse um trabalho, uma ação verdadeiramente coletiva. Nenhuma destas ações poderiam ter sido realizadas solitariamente. E contar essas histórias, torná-las públicas é uma dívida que eu tenho, mas que, na verdade, é uma dívida de todos nós, para com os participantes de cada uma das histórias [...]. Eram pessoas anônimas no panorama nacional. Já não são mais.

“Obrigada Lúcia, Walmir, Zulma, Walmor, Zuleide, Toco, Marly, Salles, Marta (argentina), Matheus, Neide, Bernardo, Ailton e outros”, pessoas comuns até aquele momento, que “pela coragem que tiveram, merecem enorme respeito e admiração”.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSTA, Dora H. da. Luta e memória: o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura. *Série Estudos NEDDATE*, UFF, Niterói, n. 3, fev. 2003 (impresso e digital).

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HISTORICAL Archives of the Brazilian Workers Movement. Microfilm catalogue 82. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Foundation, 1982.

HISTORICAL Archives of the Brazilian Workers Movement. Microfilm catalogue 83. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Foundation, 1983.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tempos fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MARX, Karl. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELO, Zuleide F. de. Luta e memória: o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura. *Série Estudos NEDDATE*, UFF, Niterói, n. 6, em preparação (impresso e digital).

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Contratempo, 2013.

RÜSEN, Jörn. Com dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

VIANNA, Marly. Luta e memória: o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura. *Série Estudos NEDDATE*, UFF, Niterói, n. 5, maio 2009 (impresso e digital).

Recebido em 21/1/2014

Aprovado em 27/1/2014